A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO PARA AS CRIANÇAS PORTADORAS DE SURDEZ EM SEUS PRIMEIROS ANOS DE ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR

MATTOS, Glória Justo de[[1]](#footnote-2)

RU: 757181

barbosa, sidney[[2]](#footnote-3)

Resumo

O presente trabalho acadêmico nasceu de uma experiência vivenciada durante um estágio do curso de pedagogia, onde um aluno surdo estava na sala de aula completamente isolado. Foi objetivo desse trabalho apresentar formas de trabalhar com as crianças com deficiência auditiva buscando maneiras de facilitar a interação dessas com seus seus colegas, através, por exemplo, da utilização de ferramentas modernas de aprendizado como jogos com softwares criados exclusivamente para o deficiente auditivo. Esta pesquisa apresentou metodologias usadas em sala de aula no processo de aprendizagem, como por exemplo o ambiente interacionista, o comportamento a ser adotado pelo educador, a importância de articular conhecimentos, promovendo discussões em sala de aula, com as famílias e toda comunidade escolar. O trabalho demostrou que existiam limitações no sistema de ensino no que diz respeito a integração dos alunos ouvintes e deficientes, e no aprendizado satisfatório do aluno portador de deficiência auditiva. A pesquisa apontou também que o fato de muitas escolas ainda não poderem contar com um intérprete de LIBRAS restringe a capacidade de aprendizado do aluno e coloca uma carga extra de esforço no educador, que precisa buscar formas de superar essa dificuldade. A metodologia utilizada para elaborar este trabalho foi a qualitativa. Trata-se de uma pesquisa aplicada, a qual objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática de alunos portadores de deficiência auditiva, baseando-se em pesquisa bibliográfica.

**Descritores:** Inclusão. Educação inclusiva. LIBRAS. Surdez.

# Introdução

O tema escolhido para o desenvolvimento desse trabalho de conclusão de curso refere-se à importância do acompanhamento pedagógico para as crianças portadoras de surdez em seus primeiros anos do ensino fundamental regular.

O assunto que trata da inclusão de crianças com algum tipo de necessidade especial em escolas de ensino regular é dos mais relevantes atualmente no país. Prova disso é que em 2003 o Ministério da Educação e Cultura (MEC) implementou o Programa Educação Inclusiva (MEC, 2016), sendo esse programa uma forma de regulamentar os princípios de acesso a educação para todos, já previstos na Constituição de 1988. No âmbito da surdez mais especificamente, o Brasil reconheceu, por meio da lei nº 10.436/2002, que a língua brasileira de sinais/libras é a língua das comunidades surdas brasileiras, e em seu artigo 4º dessa lei dispõe que o sistema educacional nacional deve, portanto, garantir a inclusão nos cursos de formação de educadores do ensino da língua brasileira de sinais /libras, como parte integrante dos parâmetros curriculares nacionais (PCN) (PORTAL EDUCAÇÃO, 2016).

O tema da inclusão de criancas com necessidades especiais na escola regular torna-se ainda mais relevante quando considerado o quão representativo é a parcela da população brasileira que possui algum tipo de limitação física ou intelectual. Segundo o IBGE (2015), cerca de 6,2% da população possui algum tipo de deficiência (auditiva, visual, física e intelectual), sendo que as pessoas com deficiência auditiva representam 1,1% da população. Do total de deficientes auditivos, cerca de 21% tem grau intenso ou muito intenso de limitações, o que compromete suas atividades do dia-a-dia (IBGE, 2015).

Dessa forma, a questão prioritária respondida pelo trabalho é a de que práticas pedagógicas podem efetivamente otimizar o aprendizado de crianças surdas em regime de inclusão em escolas regulares, facilitando a compreensão das disciplinas escolares quando elas estiverem cursando os primeiros anos do ensino fundamental. De forma mais específica, é objetivo dessa pesquisa apresentar estratégias didático-pedagógicas que possam facilitar o aprendizado dos alunos com perda ou ausência de sua capacidade auditiva por meio do ajuste dos materiais que são a eles fornecidos em sala de aula. Essas estratégias são dirigidas ao primeiro, segundo e terceiro ano de escolas públicas de ensino fundamental.

## **revisão literária a respeito do ensino à pessoas com deficiência auditiva no ensino fundamental**

## **o processo de inclusão das crianças portadoras de surdez nas escolas de ensino fundamental regular no brasil: um breve histórico**

A trajetória da educação para surdos no Brasil passa por dramas familiares da nobreza europeia e também brasilieira, os quais tiveram uma significativa contribuição no desenvolvimento da educação de surdos. A autora HAGUIARA-CERVELLINI (2003, p.31) cita:

Pedro Ponce de Leon (1510-1584) monje beneditino é considerado o primeiro professor de surdos da história. Em 1555 ele começou a ensinar um surdo-mudo de família nobre a falar. Estabeleceu uma escola em um Monastério em Valladolid, onde tutorou filhos da nobreza espanhola. Nesta época era comum a presença de filhos surdos na aristrocacia espanhola, incluindo a família real. Os casamentos consaguineos, em função do interesse econômico foram os possíveis causadores da alta incidência de crianças surdas por hereditariedade nessas famílias. (...) A nobreza, com seu poder econômico e seus interesses quanto a conservação de seus bens em termos de herança foi a mola propulsora do oralismo, no movimento da educação do surdo (HAGUIARA-CERVELLINI, 2003, p.31).

Quando se avalia a trajetória da educação para indivíduos surdos no contexto mundial é fundamental entender o que ocorreu no já referido Congresso de Milão. Segundo muitos, foi um momento obscuro na história dos surdos, uma vez que um grupo de ouvintes, tomou a decisão de excluir a língua gestual do ensino de surdos, substituindo-a pelo oralismo (o comitê do congresso era unicamente constituído por ouvintes.). Em consequência disso, o oralismo foi a técnica preferida na educação dos surdos durante fins do século XIX e grande parte do século XX.

O Congresso durou 3 dias, nos quais foram votadas 8 resoluções, as quais são:

1. O uso da língua falada, no ensino e educação dos surdos, deve preferir-se à língua gestual;
2. O uso da língua gestual em simultâneo com a língua oral, no ensino de surdos, afeta a fala, a leitura labial e a clareza dos conceitos, pelo que a língua articulada pura deve ser preferida;
3. Os governos devem tomar medidas para que todos os surdos recebam educação;
4. O método mais apropriado para os surdos se apropriarem da fala é o método intuitivo (primeiro a fala depois a escrita); a gramática deve ser ensinada através de exemplos práticos, com a maior clareza possível; devem ser facultados aos surdos livros com palavras e formas de linguagem conhecidas pelo surdo;
5. Os educadores de surdos, do método oralista, devem aplicar-se na elaboração de obras específicas desta matéria;
6. Os surdos, depois de terminado o seu ensino oralista, não esqueceram o conhecimento adquirido, devendo, por isso, usar a língua oral na conversação com pessoas falantes, já que a fala se desenvolve com a prática;
7. A idade mais favorável para admitir uma criança surda na escola é entre os 8-10 anos, sendo que a criança deve permanecer na escola um mínimo de 7-8 anos; nenhum educador de surdos deve ter mais de 10 alunos em simultâneo;
8. Com o objetivo de se implementar, com urgência, o método oralista, deviam ser reunidas as crianças surdas recém-admitidas nas escolas, onde deveriam ser instruídas através da fala; essas mesmas crianças deveriam estar separadas das crianças mais avançadas, que já haviam recebido educação gestual, a fim de que não fossem contaminadas; os alunos antigos também deveriam ser ensinados segundo este novo sistema oral.

Uma década depois do Congresso de Milão, acreditava-se que o ensino da língua de sinais quase tinha desaparecido das escolas em toda a Europa, e o oralismo espalhava-se para outros continentes.

A primeira instituição para surdos fundada na Brasil data de 1856, na cidade do Rio de Janeiro. A Instituto Nacional de Educação para Surdos (INES) é ainda existente e atualmente atende em torno de 600 alunos, da educação infantil ao ensino médio. Além disso, o Instituto também forma profissionais surdos e ouvintes no curso Bilingue de Pedagogia, experiência pioneira no Brasil e em toda América Latina.

Foi fundada pelo professor surdo francês Ernest Huet, com o apoio de D. Pedro ll que tinha um neto surdo (INES, 2016).

Em 1911, seguindo os passos internacionais que em 1880 proibiram o uso da Língua de Sinais na educação de surdos (no Congresso de Milão), estabelece-se que o INES passaria a adotar o método oralista puro em todas as disciplinas. Mesmo assim, muitos professores, funcionários surdos e os ex-alunos que sempre mantiveram o hábito de freqüentar a escola, propiciaram a formação de um foco de resistência e manutenção da Língua de Sinais (INES, 2016).

No final dos anos 1980, os surdos lideraram o movimento de oficialização da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Em 1993, um projeto de Lei deu início a uma longa batalha de legalização e regulamentação em âmbito federal, culminando com a criação da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais, seguida pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que a regulamenta, inserindo LIBRAS como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores. Este Decreto contém nove capítulos dispondo sobre diferentes temas, entre eles: a LIBRAS como disciplina curricular; o ensino da língua portuguesa oferecida aos alunos surdos como segunda língua e a formação de profissionais bilíngues. (INES, 2016).

Consolida-se, dessa forma, a proposta de educação bilíngue. Alguns desafios, contudo, apresentam-se de forma gradativa, como, por exemplo, promover o ensino bilíngue para sujeitos surdos que demandam ensino público de massa nas escolas regulares brasileiras.

## **educação inclusiva: desafios da formação e valorização do docente**

Sabemos da dificuldade da profissão de professor, da desvalorização do profissional que se reflete na baixa remuneração, assim como a escassez de recursos para ministrar as aulas. Contudo, se realmente quisermos fazer a diferença na vida do educando temos que buscar possibilidades de incluir na prática pedagógica novas metodologias que contribuirão para a qualidade do ensino. O docente deve ter a busca do aperfeiçoamento de suas habilidades como educador como prioridade, de forma que esses profissionais não podem se privar de estudar continuamente, encarando os desafios que tão bem conhecemos na prática pedagógica. Com propriedade afirma Carvalho (2014, p. 73):

Lamentavelmente poucos são os educadores que realizam pesquisas sistematicamente. Ainda não temos essa tradição generalizada entre nós. Como estudiosos, sim: lemos muito, fazemos inúmeras citações em nossos trabalhos, mas pesquisamos pouco.

Refiro-me à pratica de pesquisa com metodologia adequada à natureza da investigação, com registro de dados a serem analisados e comparados com o que a literatura acerca do objeto pesquisado já conte a respeito. Refiro-me, igualmente à pesquisa que permita a intersubjetividade, mesmo considerando-se toda a complexidade existentes para realizar pesquisas sociais (CARVALHO, 2014, p. 73).

No caso do aluno em situação de inclusão, esse aperfeiçoamento torna-se ainda mais importante. Na minha experiência pessoal, na prática pedagógica realizada durante o curso de pedagogia, observei que os conteúdos referentes à aplicação de metodologias específicas são feitos de maneira aligeirada, não favorecendo a aquisição do conhecimento de maneira aprofundada e ampla. Sobre isso, Carvalho (2014, p.31) afirma:

No caso da educação inclusiva ocorre-me, como uma situação problema que, dentre outras, merece ser pesquisada a efetividade da inclusão escolar de alunos com deficiência, considerando-se os seguintes aspectos: o desenvolvimento de suas habilidades e competências sociais, cognitivas, motoras e psicomotoras; os níveis de acolhimento que experimentam por parte dos colegas e dos integrantes da comunidade escolar; os procedimentos que facilitam a construção do conhecimento (CARVALHO, 2014, p. 31).

Um dos maiores desafios referente à formação do pedagogo é, sem dúvida, a conscientização de que não estaremos prontos para exercer plenamente a profissão ao finalizar o curso de pedagogia. O exercício da profissão demanda ficarmos constantemente atentos às mudanças e inovações, criar estratégias específicas para cada necessidade que surgir ao longo da prática profissional, e nos colocarmos na posição de eternos aprendizes na busca da formação profissional contínua. No livro Educação e Diversidade, Michaliszyn (2012) nos atenta para a realidade atual nas escolas, não somente a presença de crianças surdas, mas toda uma diversidade de gêneros, etnias, diferenças culturais, alunos com dificuldades de aprendizagem e necessidades ducacionais especiais.

A diversidade sociocultural presente na escola está em processo de ampliação e tem se evidenciado cada vez mais em razão das oportunidades de acesso de crianças e adolescentes das classes populares, as quais trazem para dentro do espaço escolar diferentes visões de mundo (MICHALISZYN 2012, p.59).

Essa atualização e aprimoramento dos professores, contudo, vêm sendo facilitado pelo Ministério de Educação (MEC), que oferece cursos à distância para o aperfeiçoamento e especialização de professores de todo o país, especialmente àquela cuja escola dispõe da sala de recursos multifuncionais (MEC, 2012). No caso da preparação de professores que trabalharão com alunos com deficiência auditiva, temos como exemplo o Grupo de Mídias Digitais da Universidade de São Paulo (USP), o qual criou um site exclusivo com curso gratuito à distância para quem deseja aprender a Lingua Brasileira de Sinais. O usuário tem acesso a dezenas de vídeo- aulas, material didático e atividades, tudo sem custo algum. O objetivo é oferecer às pessoas sem deficiência auditiva um contato com os conteúdos relacionados à lingua de sinais, educação do surdo e a cultura surda, com direito a certificado (HYPENESS, 2016). Segundo o professor Felipe Venâncio Barbosa (HYPENESS, 2016), que ministra as aulas:

A língua de sinais que vamos estudar aqui é a Língua Brasileira de Sinais, a Libras, que é a usada por comunidades surdas dos centros urbanos do Brasil. É uma língua natural reconhecida como meio legal de comunicação pela Lei 10.436 de 2002. É a partir desta lei que os profissionais da Pedagogia, Fonoaudiologia e das licenciaturas tem a garantia do contato com o ensino da Libras em sua formação: uma vitória grande para esses profissionais, mas principalmente para a comunidade surda que será atendida por eles (HYPENESS, 2016).

## **Educação tradicional para surdos: método oralista x linguagem de sinais**

A forma de educar pessoas portadoras de surdez ou com grave deficiência auditiva, com o objetivo de prepará-las para que sejam capazes de se comunicar de forma efetiva com outras pessoas, passa por dois métodos principais: o método oralista e a linguagem de sinais.

A metodologia oralista tem como principal objetivo desenvolver a fala do surdo, e baseia-se no desenvolvimento da habilidade do surdo de dominar a técnica de leitura labial e utiliza como recurso o desenvolvimento da fala, a ampliação da audição e a compreensão da língua oral. GOLDFELD (1997) define que o oralismo é uma abordagem que visa a integração da criança surda na comunidade ouvinte, enfatizando a língua oral do país. Esta técnica consiste em “ler e interpretar” os movimentos dos lábios de alguém que está falando, mas só é útil quando o interlocutor encontra-se voltado para o indivíduo surdo, formulando as palavras de forma clara e precisa (PEAD, 2016). Contudo, várias pesquisas realizadas sobre a eficáfia desse método demostraram que maioria dos indivíduos surdos só consegue ler 20% das mensagens através da leitura labial, perdendo a maioria das informações. Na maioria das vezes o que ocorre é que os surdos “deduzem” as informações através do contexto em que as palavras são ditas (PEAD, 2016).

O oralismo ganhou força a partir da segunda metade do século XIX e baseava-se na crença que a língua oral era a única forma possível de desenvolvimento cognitivo do surdo. Acreditava-se que a língua de sinais devia ser evitada a todo custo (PEAD, 2016), pois a língua falada era considerada essencial para o desenvolvimento integral e comunicação das crianças surdas. Muito embora a língua de sinais também fosse valorizada, a partir do Congresso de Milão de 1880, a língua de sinais foi banida, impondo ao surdo o oralismo (PEAD, 2016).

A linguagem de sinais baseia-se no desenvolvimento da habilidade do indivíduo surdo de se comunicar através de gestos, expressões faciais e corporais. Esses gestos e expressões possuem um significado pré-estabelecido, criando de fato uma linguagem. Cada país pode adotar o seu sistema de linguagem de sinais, no Brasil temos a Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS).

A potencialidade da aquisição e desenvolvimento da LIBRAS como primeira língua já é uma realidade. Todas as crianças surdas ou com deficiência auditiva têm o direito de aprender a língua de sinais, e é nossa obrigação como educadores que sejam oferecidas a elas condições para isso.

Pôr a língua de sinais ao alcance de todos os surdos deve ser o principio de uma politica linguística, a partir da qual se pode sustentar um projeto educacional mais amplo. Mas esse processo não deve ser considerado apenas como um problema escolar e institucional, tampouco como uma decisão que afeta tão somente um certo plano ou um certo momento da estrutura pedagógica e, muito menos ainda como uma questão a ser resolvida a partir de esquemas metodológicos. É um direito do surdo e não uma concessão de alguns professores e algumas escolas De acordo com (SKLIAR , 2013, p.27).

Nesse sentido, a didática para a educação de surdos e portadores de deficiência auditiva, tanto no meio escolar quanto o não escolar, deve ser repensado, pois a realidade da maioria das escolas reflete-se em falta de profissionais habilitados, e nos fazem refletir sobre uma reconstrução histórica na educação e escolarização dos surdos.

Por outro lado, há também quem valoriza e até prefere o método da oralização, segundo um depoimento de uma pessoa surda, retirada do website do INES, que fala justamente das dificuldades da LIBRAS como primeira língua:

A inclusão esbarra principalmente neste fato: surdos que têm a Libras como primeira língua, não têm facilidade com o português. Português se torna um martírio para eles. Entro então, numa área bastante polêmica, que é a diversidade surda, que deve ser considerada para cada surdo, quando da sua iniciação escolar. Há surdos com facilidade para aprenderem a leitura labial, a inclusão em uma escola de "normais", sem auxílio de intérprete, só com a explicação ao professor de que este aluno necessita que fale de frente para ele. Estes surdos, chamados oralizados, enfrentam grandes dificuldades também, mas aprendem o português, falam (ainda que a dicção não seja 100%) e escrevem corretamente. Conheci alguns destes surdos, alguns que aceitam a Libras, mas que não a utilizam (INES, 2016).

Isso nos mostra que os surdos também possuem suas subjetividades, suas preferências, e devemos estar atentos a elas. Sobre isso Skliar (2013, p.54) diz:

As identidades surdas estão aí, não se diluem totalmente no encontro ou na vivencia em meios socioculturais ouvintes. É evidente que as identidades surdas assumem formas multifacetadas em vista das fragmentações a que estão sujeitas face á presença do poder ouvintista que lhe impõe regras, inclusive, encontrando no estereótipo surdo uma resposta para a negação da representação da identidade surda ao sujeito surdo.

Isso nos aponta para uma terceira corrente que se estabece como opção para o ensino de crianças surdas ou portadoras de deficiência auditiva, denominada “comunicação total”. Este modelo de aprendizado misto surgiu na década de 1960 no Brasil, propondo o uso simultâneo da língua dos sinais associado com a oralização. Esse movimento marca também o reconhecimento e valorização da LIBRAS, a qual havia sido oprimida e marginalizada por várias décadas (PEAD, 2016).

## **ESTRATÉGIAS DIDATICO PEDAGÓGICAS PARA FACILITAR A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM SALA DE AULA**

Conforme o Projeto Escola Viva (MEC B, 2016), é possível dispor de algumas providências no sentido de facilitar o acesso dos alunos surdos ao currículo escolar como um todo:

1. Posicionar o aluno na sala de aula de forma que possa ver os movimentos do rosto (orofacial) do professor e de seus colegas;
2. Utilizar a escrita e outros materiais visuais para favorecer a apreensão das informações abordadas verbalmente;
3. Utilizar os recursos e materiais adaptados disponíveis;
4. Treinador de fala, tablado, softwares educativos, solicitar que o aluno use a prótese auditiva, etc.;
5. Utilizar textos escritos complementados com elementos que favoreçam sua
6. Compreensão: linguagem gestual, língua de sinais;
7. Apresentar referências importantes e relevantes sobre um texto (o contexto histórico, o enredo, os personagens, a localização geográfica, a biografia do autor, etc.) em língua de sinais, oralmente, ou utilizando outros recursos, antes de sua leitura;
8. Promover a interpretação de textos por meio de material plástico (desenho, pintura, murais, etc.) ou de material cênico (dramatização e mímica);
9. Utilizar um sistema alternativo de comunicação adaptado às possibilidades e necessidades do aluno: língua de sinais, leitura orofacial, linguagem gestual, etc.

Toda escola que tiver alunos com deficiência auditiva nas classes regulares tem o direito a um intérprete de Libras. O Decreto Federal nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, estabelece que alunos com deficiência auditiva tenham o direito a uma educação bilíngue nas classes regulares (PLANALTO 2017). Isso significa que eles precisam aprender a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita como segunda língua. Por isso, a Língua Brasileira de Sinais deve ser adquirida pelas crianças surdas o mais cedo possível.

A implementação dessa legislação ocasionou que as secretarias de educação dos estados cadastrem intérpretes anualmente, contudo, a proposta de contar com um intérprete de LIBRAS em sala de aula ainda está longe de ser realidade devido à dificuldade de contratar profissionais desse tipo. Segundo afirma a diretora de Educação Especial da Secretaria de Educação Especial do MEC, Martinha Dutra: "Faltam profissionais porque tudo é muito novo. A própria regulamentação do intérprete no Ministério do Trabalho ainda está em curso, mas isso vai ser acelerado com a multiplicação do conhecimento de libras" (NOVA ESCOLA, 2017).

O MEC também disponibiliza materiais de apoio e recursos didáticos para as escolas, que podem ajudar os professores não-intérpretes a flexibilizar as atividades para melhor atender aos alunos com deficiência auditiva, pois isso é fundamental para garantir o avanço desses estudantes. Segundo a revista Nova Escola, uma sugestão, é reunir alunos com deficiência auditiva de diferentes escolas de uma região em um mesmo espaço no contra turno, para que sejam assistidos por um intérprete e um instrutor surdo. Como medida paliativa, é importante que as escolas ofereçam aos surdos recursos visuais que os ajudem em seu desenvolvimento. As disciplinas precisam ser contextualizadas para que eles não fiquem de fora das atividades e a escola deve oferecer também um apoio no contra turno, sempre com material pedagógico ilustrado e com a maior quantidade possível de referências que possam ajudar: caderno de vocabulários, dicionários, manuais em libras etc (NOVA ESCOLA, 2017).

Mas o que fazer quando não dispomos de um intérprete de Libras e recursos diferenciados na escola e nos deparamos com a realidade de um aluno surdo em sala de aula? O que fazer em um contexto tão adverso e tão recorrente nas escolas, especialmente naquelas longe dos centros urbanos? Nesse contexto, é fundamental que o educador busque formação continuada, visando assim possibilitar uma visão ampla de aspectos relacionados à Língua Brasileira de Sinais - Libras e à educação de surdos. Buscar, além de um conhecimento inicial a respeito da educação de surdos, o aprofundamento teórico de questões relativas à abordagem bilíngue e à Libras, no sentido de adquirir subsídios para a atuação como professor da educação básica junto ao aluno surdo. Tão importante quanto esse aprofundamento teórico, é o compartilhamento das experiências do educador com crianças portadoras de deficiência auditiva, envolvendo, dessa forma toda a comunidade escolar, aprimorando conhecimentos e experiências no campo da surdez. CARVALHO (2010), nos aponta a seguinte questão sobre a formação continuada dos professores:

Convém trazer para discussão o sentido e o significado da formação continuada que a coloca, apenas, restrita aos cursos oferecidos aos professores para se atualizarem. Reconheço que eles são necessários, que trazem muitas informações e novas teorias, mas a experiência mostra que se tornam insuficientes se não houver, como rotina das escolas, encontros de estudos e de discussão sobre o fazer pedagógico, envolvendo a comunidade escolar. (CARVALHO, 2010, p.161).

Conhecer o alfabeto datilológico[[3]](#footnote-4) é o primeiro passo e é muito utilizado, mas para uma educação efetiva é preciso aprender muitos sinais e estruturas gramaticais e isso requer muita prática. O MEC oferece excelentes cursos e apoio aos professores que queiram aprofundar seus conhecimentos nessa área. Como uma oportunidade para o profissional que quer aprender a LIBRAS, o SENAC está oferecendo curso on line gratuitos, com direito a certificado, e a Universidade do Pará que terá o primeiro curso de Pedagogia Bilingue EaD do Brasil (PORTAL AMAZÔNIA, 2017) (CATRACA LIVRE, 2017).

O educador Paulo Freire já disse que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1989). Cabe ao professor utilizar estratégias, pois encontramos uma diversidade infinita de cultura e conhecimento, utilizando recursos diferenciados diminuindo assim a desigualdade e valorizando a diversidade.

Dessa forma, é importante que o professor conheça a cultura surda como a língua brasileira de sinais – LIBRAS, para que possa comunicar-se com o aluno surdo. O bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua a língua oficial de seu país (GOLDFELD, 1997).

Na intenção de minimizar dificuldades e possibilitar a transmissão de conhecimentos aos alunos com deficiência auditiva, o professor precisa pesquisar opções e recursos para serem utilizados em sala de aula. Perceber no seu aluno suas potencialidades, que linguagem se comunica, sua cultura e limitações, e a partir daí criar estratégias eficientes sem prejudicar os outros alunos, mas buscando a integrar todos os alunos. Sobre esse movimento de integração, BERGAMO (2010) esclarece:

Inicialmente cabe esclarecer que integração e inclusão não são sinônimos, pois cada um desses termos se refere a posicionamentos teóricos-metodológicos divergentes. Integração e inclusão constituem movimentos de defesa dos interesses das pessoas que apresentam alguma deficiência. Porém, o primeiro é mais restritivo, uma vez que responsabiliza unicamente a pessoa deficiente pela sua inserção ou não, na sociedade e na escola, enquanto que o segundo divide essa responsabilidade com toda a comunidade. (BERGAMO 2010 p37)

É necessário que, desde o começo das atividades educacionais, o professor fale oralmente o que a criança com surdez quer dizer. Os recursos gráficos e visuais são muito importantes para ajudar a compreensão da fala do professor. Sobre isso o portal do MEC (2017) nos direciona sobre o envolvimento harmonioso de cada criança. É importante então que cada criança com surdez:

* Possa comunicar-se como sabe;
* Possa dialogar com liberdade, sabendo ser aceita pelos demais;
* Passe a entender a entonação emotiva e dramatizada da mensagem que o professor envia;
* Desenvolva, aos poucos, seu faz-de-conta. A falta de linguagem oral e a falta da possibilidade de ser estimulada podem levar a criança a ser bastante repetitiva e pobre de conteúdo em língua portuguesa. São necessários estímulos em língua portuguesa para aumentar seu conhecimento, por meio de sequências de quadros (a boneca levanta, toma café, descansa) e também para acrescentar pormenores (toma banho, usa o sabonete, lava os pés, a cabeça, enxuga com a toalha, penteia os cabelos); ¾ aprenda, paulatinamente, a discriminar auditivamente e/ou visualmente as primeiras palavras;
* Mostre interesse pelas histórias contadas ou dramatizadas, com a ajuda de videocassete e de desenhos;
* Mostre interesse pela leitura de histórias realizadas com o auxílio de gravuras nos livros ou com sequência de desenhos; é interessante que a criança guarde seu livro de histórias, em que há três ou quatro gravuras para cada história. Toda vez que uma história é contada na roda, o professor deve colocar a criança com surdez mais à frente, para que ela possa ver com facilidade o que ele fala e dramatiza. Quando são usados livros e gravuras, é bom lembrar as regras da comunicação visual. A história trabalhada na escola deve ser recontada em casa;
* Familiarize-se com a escrita, aproveitando o material encontrado no próprio contexto;
* Comece a dar um significado intencional à própria fala, utilizando a emissão para designar animal, objeto, pedido; etc.
* Comece a desenvolver a linguagem receptiva, entendendo a comunicação oral do professor nas atividades da vida diária e nas atividades da escola.
* Relate suas experiências, mesmo de fora da escola, com naturalidade, como por exemplo: a visita ao jardim zoológico, o nascimento do bebê, um aniversário, o choque de carros na rua.
* Uma agenda pode facilitar o contato do professor com a família, possibilitando a interpretação do que a criança comunica gestualmente. O professor pode interpretar para as demais pessoas aquilo que não conseguiram compreender DIFICULDADES DE COMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO - SURDEZ da mensagem da criança. Ao mesmo tempo, o professor deve explicar à criança com surdez o que os outros colegas contaram. Isso já é realizado normalmente por muitos professores, tornando a aprendizagem muito rica para a turma toda, tanto em termos de compreensão como de aquisição de linguagem (MEC, 2017).

## **NOVAS TECNOLOGIAS PARA EDUCAÇÂO EM LIBRAS**

Apesar da legislação que ampara o acesso à educação de crianças portadoras de necessidades especiais ter evoluído enormemente no Brasil nos últimos anos, é fato que a falta de preparo dos professores para atender esses alunos ainda é um dos maiores desafios para que se obtenha melhores resultados na educação dessas crianças, especialmente aquelas com surdez ou deficiência auditiva.

Contudo, estão disponíveis tecnologias desenvolvidos para facilitar a comunicação, tais como softwares, por exemplo, os quais podem auxiliar imensamente o professor não só com alunos surdos, mas com todos os alunos também. Essas tecnologias, por apresentarem muitas vezes uma linguagem já familiar à criança, têm condições de envolver toda a sala de aula, criando um ambiente favorável e de integração, trazendo para dentro do ambiente escolar diferentes visões de mundo e infinitas possibilidades de aprendizado.

O ato de educar é um processo que deve sofrer mudanças contínuas, sendo pensado e reinventado a cada instante. O mundo atual, conturbado e em constantes transformações, exige dos educadores e também daqueles que legislam em favor das causas populares o repensar das práticas educativas MICHALISZYN, 2012, p. 82).

A citação acima nos remete à uma das coisas mais importantes que aprendemos no curso de pedagogia: os quatro pilares da educação. Além de aprender a conhecer, aprender a ser, aprender a fazer, aprendemos também a viver juntos. Ainda segundo a concepção de Michaliszyn (2012, p 83):

Aprender a viver junto: aprender a viver com o outro, relacionar-se em grupo, saber desenvolver projeto coletivo, sabendo administrar conflitos. Tomar consciência das semelhanças e da interdependência entre todos os seres humanos. Descobrir-se e descobrir o outro.

Com o processo de transformação tecnológico que presenciamos no mundo atualmente, surgem rapidamente novas tecnologias de aprendizado para pessoas surdas. Como em qualquer outra profissão, a palavra chave para os educadores de ensino fundamental também é a atualização. É importante a reciclagem desses profissionais que devem estar em constante aprendizado, procurando, por exemplo, incluir essas tecnologias na prática pedagógica.

Essa atualização pode contar com o suporte do MEC. Este oferece cursos de ensino a distância de formação continuada possibilitando novos conhecimentos na formação de professores e estudantes, inclusive em áreas específicas para atender crianças portadores de necessidades especiais. O telefone celular com mensagens instantâneas nos dá um exemplo de uma excelente ferramenta de comunicação para a maioria dos surdos alfabetizados.

Outro exemplo interessante é o ‘App’ Ludwig, um aplicativo para aparelhos celulares que usa imagens e vibração para tentar transmitir a experiência de ouvir musica para pessoas que tem deficiência auditiva (GONZAGA 2016). Esse aplicativo, cujo nome homenageia o renomado músico Beethoven (que compôs surdo em grande parte da sua vida), será oferecido gratuitamente e conta com uma pulseira vibratória que treme em frequências diferentes conforme a nota tocada na interface (um piano virtual) (GONZAGA, 2015). A tecnologia, que é brasileira, já foi testada para surdos com sucesso, e demonstra como esses pequenos softwares tem potencial para mudar o mundo das pessoas com deficiência auditiva.

Entre os inúmeros aplicativos voltados para a comunicação dos surdos, outras invenções igualmente brasileiras se destacam. O aplicativo ProDeaf foi desenvolvido para pessoas que não sabem LIBRAS, trata-se de um tradutor de texto e som para a Lingua Brasileira de Sinais. O grande auxílio que esse aplicativo pode proporcionar é permitir, por exemplo, que um professor que não domina a LIBRAS possa buscar a tradução de pequenas frases em português para LIBRAS, e assim se comunicar com os seus alunos surdos. Um dado que aponta para a popularização desse tipo de tecnologia é que esse aplicativo já foi baixado mais de 450 mil vezes, e é compatível com o sistema android, que é um dos sistemas mais populares para smartphones. O aplicativo ProDeaf é patriocinado pelo Bradesco (GONZAGA, 2015).

Uma pesquisa realizada pela Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo (FENEIS) mostra que apenas sete por cento da comunidade surda é alfabetizada (GONZAGA, 2015). Ou seja, somente essa pequena parcela da comunidade surda tem acesso às informações disponíveis em livros, revistas e internet. Aplicativos como o ProfDeaf têm o potencial de mudar drasticamente essa realidade.

Podemos observar por esses exemplos que existem tecnologias com potencial para serem utilizadas em sala de aula como ferramentas viáveis devido à grande afinidade que as crianças em idade escolar têm com smatphones. O fato desses aplicativos serem gratuitos é também um fator muito importante, pois pode ser utilizado por todas as crianças de uma sala de aula onde exista um indivíduo portador de deficiência auditiva, gerando assim uma maior comunicação entre os colegas, aproximando-os e proporcionando um convívio mais igualitário.

É preciso então, propor estudos que visem o aprendizado por parte desses alunos, desenvolver novas metodologias que viabilizem a sua utilização trazendo para a sala de aula, além da comunicação, uma maior integração de alunos surdos e não surdos.

No vídeo intitulado: ‘Tecnologia em libras – comunicação II’ vários indivíduos surdos relatam o quanto se sentem valorizados com essas novas tecnologias, como elas facilitaram o seu dia-a-dia e aumentaram sua autoestima (TV INES, 2016).

O Wyz, lançado em 2014 é um jogo desenvolvido para auxiliar a aprendizagem da criança surda. O programa foi elaborado em parceria com a Pontífice Universidade do Paraná (PUCPR) e a Apple. “Vale a pena distribuir o jogo gratuitamente e buscar apoio para levar para a frente”, diz a designer da Wyz Nicole Ribeiro. O principal problema enfrentado pela equipe, segundo diz o artigo, foi como equilibrar o conteúdo com o jogo. A equipe contou com a professora doutora em Letras Sueli Fernandes com grande experiência na área e trabalha há mais de vinte e cinco anos com a educação de surdos e ajudou no desenvolvimento do projeto. Ela explica “tudo que tem imagem, foto, desenho e ilustração auxilia a criança a interpretar as letras. Nesse sentido os jogos são muito legais, porque são visuais e apresentam uma narrativa para as crianças” (DEFICIÊNCIA AUDITIVA, 2017).

Segundo a professora, o mais importante de todo aprendizado das crianças surdas é o apelo visual. Imagens e desenhos combinados com palavras situam a criança visualmente. Ela afirma ainda que “Os jogos e as tecnologias vem como facilitadores, principalmente no aspecto visual”. Segundo o artigo, o Wyz é um viajante espacial que deseja voltar para casa, mas para isso precisa encontrar sua nave. Para passar de fase, o jogador precisa pegar as letras na ordem correta, formar as palavras e assim superar o obstáculo. No primeiro cenário o jogo é uma espécie de snake onde Wyz precisa pegar as letras que estão em flores. Em sequência o personagem precisa acender todas as tochas em que as letras estão espalhadas. Na fase final, Wyz precisa acertar uma bola nas caixas em que estão cada letra certa. Uma demonstração desse jogo está disponível no You Tube (acesso DEMO GAME WYZ) (DEFICIÊNCIA AUDITIVA, 2017).

Os jogos lúdicos, tecnológicos ou não, no ensino de LIBRAS para os alunos surdos promove a inteiração entre os alunos surdos e ouvintes. Infelizmente a maioria das escolas públicas brasileiras tem poucos recursos financeiros para investir em nesse tipo de recurso pedagógico, os professores raramente estão capacitados para essa realidade, com poucas orientações e instrumentos para a pratica inclusiva.

A Epistologia Genética de Jean Piaget (1973), com os estágios do desenvolvimento do aprendizado das crianças nos ensina que o jogo não apenas diverte, mas promove o desenvolvimento cognitivo da criança, potencializando o desenvolvimento intelectual. Em relação a isso:

O jogo é, portanto, sob suas formas de simbolismo do exercício sensório motor e de simbolismo, uma assimilação do real à atividade própria, fornecendo a este seu alimento necessário e transformando o real em função das necessidades duplas do “eu”. Por isso os métodos ativos de educação das crianças exigem que se forneça às crianças um material conivente, a fim de que jogando elas cheguem a assimilar as realidades intelectuais. (PIAGET,1973 p 160)

Piaget acredita a atividade lúdica é essencial no desenvolvimento infantil, pois quando a criança joga ela assimila e transforma a realidade, estimulando a inteligência, oportunizando amadurecimento, crescimento e conhecimento de uma forma prazerosa.

## **METODOLOGIA**

Segundo BERGAMO (2012,p 12) “Realizar uma pesquisa , é sentir-se instigado pela curiosidade, pelo desejo de busca e superação.(...) A pesquisa se constitui como um dos princípios científicos e educativos mais significativos para a construção do conhecimento , sendo indispensável à formação do aluno docente.”

Contudo, para que a pesquisa possa produzir uma base confiável de informações, as quais podem ser efetivamente analisadas e processadas, é necessário dispensar especial cuidado à forma como essa pesquisa será feita, ao caminho que será trilhado, ou seja, o método que será utilizado nessa pesquisa.

Tal como salienta GERHARDT e SILVEIRA (2009), metodologia é o estudo do método. A palavra método, do grego methodos; met'hodos significa, literalmente, “caminho para chegar a um fim” é, portanto, o caminho em direção a um objetivo. Essas mesmas autoras apontam ainda que: “metodologia é o estudo do método, ou seja, é o corpo de regras e procedimentos estabelecidos para realizar uma pesquisa(...) Em geral, o método científico compreende basicamente um conjunto de

dados iniciais e um sistema de operações ordenadas adequado para a formulação de conclusões, de acordo com certos objetivos predeterminados.”

A metodologia utilizada para elaborar este trabalho, quanto à abordagem, foi baseado na metodologia qualitativa, uma vez que essa “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009). Trata-se de uma pesquisa aplicada, a qual objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática de alunos portadores de deficiência auditiva. Quanto aos procedimentos, a pesquisa baseia-se em pesquisa bibliográfica, a qual pode ser definida como aquela feita a partir de modelos teóricos que já tenham sido publicizados de alguma forma (FONSECA, 2002, p. 32).

## **considerações finais**

Na teoria de VYGOTSKY (1993), ele afirma que a criança aprende através da influência do meio, o que traria grandes benefícios para o processo de aprendizagem de crianças com deficiência auditiva que são incluídas em salas de aulas regulares. Essa, porém, não tem sido a realidade nas nossas escolas. Podemos dizer, a respeito da inclusão, sejam essas sociais ou educacionais, que este assunto ainda ocupa grandes debates, e no caso do aluno surdo e sua inclusão em uma escola de ouvintes, as experiências são na maioria das vezes insatisfatórias (VYGOTSKY, 1993).

Sabe-se que existe um grande preconceito com relação a pessoas com qualquer tipo de deficiência, e na maioria das vezes estas são discriminadas. Nesse sentido a ideia de envolver a sociedade, e principalmente a comunidade escolar ao redor desse assunto aparece como uma forma de trabalhar a diminuição desse problema. Duas estratégias relativamente simples aparecem como forma de criar uma atmosfera mais propícia para a realidade da inclusão social: (1) promover debates na comunidade escolar que possibilitem o compartilhamento de experiências de professores que vivenciam a inclusão em suas salas de aula e (2) reunir alunos com deficiência auditiva de uma mesma região no contraturno.

Contudo, no que diz respeito às estratégias didático-pedagógicas que possam facilitar o aprendizado dos alunos com perda ou ausência de sua capacidade auditiva, a situação ainda requer especial atenção por parte dos tomadores de decisão na área escolar. As atuais políticas nessa área não propiciam, por exemplo, o aprendizado de LIBRAS, já que os professores ainda recebem limitado apoio nas escolas que necessitam um intérprete de LIBRAS. Conforme a literatura nos apresentou, é imprescindível que esses alunos aprendam LIBRAS como a primeira lingua e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como a segunda lingua, mas essa ainda não é a realidade da maioria das escolas brasileiras.

Para finalizar, cabe ressaltar que para nós, profissionais da educação, um aluno com necessidades especiais não deve representar uma ameaça, e sim um desafio que exige um processo dinâmico, além de uma grande oportunidade de aprendizado. Um aprendizado apaixonante que nos instiga a buscar mais e mais, para construir um novo tempo em que todos os seres humanos sejam respeitados e valorizados. É preciso lembrar sempre que ensinamos o que sabemos, mas continuarmos sempre aprendizes com o objetivo de aprimorar o atendimento para esses alunos tão especiais. VYGOTSKY (1993) nos ensina que os problemas de grande parte dos sujeitos ditos com deficiência não são de cunho biológico, mas social.

ReferÊncias

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Editora Meditação, 2014.

CATRACA LIVRE. Senac oferece curso on-line e gratuito para aprender Libras. Disponível em: https://catracalivre.com.br/geral/educacao-3/indicacao/senac-oferece-curso-on-line-e-gratuito-para-aprender-libras/. Acesso em: 16 mar 2017.

CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA – LICENCIATURA (PEAD). Disponível em: www.pead.faced.ufrgs. Acesso em: 01 nov. 2016.

DEFICIÊNCIA AUDITIVA. Aplicativo auxilia a alfabetização de crianças surdas. Disponível em: < http://deficienciaauditiva.com.br/aplicativo-auxilia-a-alfabetizacao-de-criancas-surdas/. Acesso: 05 mar. 2017.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (EBC). IBGE: 6,2% da população brasileira tem algum tipo de deficiência. Disponível em: <

http://www.ebc.com.br/noticias/2015/08/ibge-62-da-populacao-tem-algum-tipo-de-deficiencia>. Acesso em: 06 nov. 2016.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler – em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GOLDFELD, M. **A criança surda**. São Paulo: Pexus, 1997.

GONZAGA, Yuri. Apps Brasileiros Ajudam Surdos a se comunicar e até AprenderMusica. **Folha de São Paulo**, São Paulo 15 jun. 2015, TEC.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/tec/2015/06/1641963-apps-brasileiros-para-pessoas-com-deficiencia-ganham-projecao-mundial.shtml. Acesso em: 05 nov. 2016.

HAGUIARA-CERVELLINI, Nadir. **A musicalidade do surdo: representação e estigma**. São Paulo: Plexus Editora, 2003.

HYPENESS. USP lança curso de libras gratuito e à distância. Disponível em: <<http://www.hypeness.com.br/2016/01/usp-lanca-curso-de-libras-gratuito-e-a-distancia/>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA SURDOS (INES). Conheça o INES.

Disponível em: <http://www.ines.gov.br/conheca-o-ines>. Acesso em: 06 out. 2016.

MICHALISZYN, Mario Sergio. **Educação e diversidade**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC A). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Documento. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\_nacional\_educacao\_especial.pdf>. Acesso em: 27 out. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC B). Projeto Escola Viva. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/content/192-secretarias-112877938/seesp-esducacao-especial-2091755988/12658-projeto-escola-viva?Itemid=860. Acesso em: 12 set. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC C). Educação Infantil – saberes e prática da inclusão. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/surdez.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2017.

NOVA ESCOLA. A falta que os intérpretes fazem na inclusão de alunos surdos. Disponível em: <http://acervo.novaescola.org.br/formacao/falta-interpretes-fazem-inclusao-alunos-surdos-602195.shtml>. Acesso em: 15 mar. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). TIC na educação do Brasil. Disponível em: < http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/communication-and-information/access-to-knowledge/ict-in-education/. Acesso em: 20 nov. 2016.

PORTAL AMAZÔNIA. Universidade do Pará terá primeiro curso de Pedagogia Bilíngue EaD do Brasil. Disponível em: <http://portalamazonia.com/educacao/universidade-do-para-tera-primeiro-curso-de-pedagogia-bilingue-ead-do-brasil>. Acesso em: 16 mar. 2017.

PORTAL EDUCAÇÃO. Lei de Libras. Disponível em: < https://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/13574/lei-de-%20libras>. Acesso em: 05 nov. 2016.

PLANATO. [Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%205.626-2005?OpenDocument) Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 04 mar. 2017

SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez**. Porto Alegre: Editora Meditação, 2013.

TV INES. Tecnologia em libras – comunicação II [filme-vídeo]. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=eZT-o5u719M>. Acesso em: 22 nov. 2016.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martis Fontes, 1993.

1. Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso. [↑](#footnote-ref-2)
2. Professor Orientador no Centro Universitário Internacional UNINTER. [↑](#footnote-ref-3)
3. Alfabeto digital, sinal feito com os dedos (dígitos) para representar as letras do alfabeto. É o alfabeto manual. [↑](#footnote-ref-4)